

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_23_22](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_23_22)

ISSN: 0084-9189

Enrique FLÓREZ, *La Cantabria*. Ediciones de Libreria Estudio, Santander, 1981. Introdução e comentários de Ramón Teja e J. M. Iglésias-Gil. 322 pág.

Ainda não estará completamente feita uma história crítica da historiografia da Antiguidade Clássica. E valeria a pena debruçarmo-nos de novo sobre os nossos autores desde a era de Quinhentos até quase aos nossos dias, de forma a detectarem-se, num âmbito de história cultural e das mentalidades, as opiniões vigentes nas diversas épocas acerca dos Romanos e seus costumes e façanhas em relação com a História Pátria.

Entre nós, desde um André de Resende há toda uma série de escritores (Frei Bernardo de Brito, Manuel Faria e Sousa...) cujas páginas sobre a antiguidade de Portugal nos deveriam merecer mais do que um ingénuo sorriso condescendente. Haveria que estudá-las e divulgá-las até, na medida em que tais volumes, pela sua antiguidade, se tornam cada vez mais inacessíveis mesmo ao estudioso.

Por isso não podemos deixar de aplaudir a iniciativa levada a cabo em Santander (Espanha) de publicar, em edição facsimilada, *La Cantabria* do P.^o Henrique Flórez, dada à estampa pela primeira vez em 1768.

Ramón Teja e J. M. Iglésias-Gil, dois jovens professores do Departamento de História Antiga da jovem Universidade de Santander, encarregaram-se, em boa hora, da introdução e dos comentários. Na introdução, procuram integrar a obra no seu tempo: historiam as vicissitudes da tese do vasco-cantabrismo (que defendia a identificação dos Cántabros com os actuais Bascos) e mostram como o P.e Flórez, ao delimitar com precisão os contornos da Cantábria romana (distinguindo-a do País Basco), deu o golpe de misericórdia à ideia — o que não deixou de ter importantes implicações político-administrativas. Compreende-se, aliás, que seja possível reeditar agora *La Cantabria*, no momento em que se caminha, em Espanha, para a progressiva autonomia das suas várias províncias com unidade histórico-cultural.

E a obra do P.e Flórez visa exactamente delinear um quadro o mais completo possível — em todos os aspectos, geográfico, étnico, cultural — do que foi a Cantábria antiga: «Disertación sobre la situación de la Cantabria, con noticia de otras regiones confinantes y varias poblaciones antiguas». Aliás, ele próprio deixa perceber o seu intuito logo nas primeiras linhas:

«La principal controversia acerca de la *Cantabria* es sobre la situación y extensión. En varios tiempos hubo variedades en los límites. Algunos escritos no distinguieron tiempos y confundieron sitios. Para hablar con distinción, reducimos ahora la investigación a la Cantábria *antigua* (...)» (p. 49).

Tinha razão E. Florez na sua investigação ? Foi a resposta a esta pergunta que norteou os comentários de Ramón Teja e Iglésias-Gil, oferecendo-nos em oportunas notas de rodapé o estado actual dos conhecimentos, remetendo para a correspondente bibliografia especializada.

Tem, pois, o maior interesse documental o livrinho ora editado e apresentado em público no decorrer do congresso comemorativo do I Bimilenário da Conquista da Cantábria pelos Romanos (Santander, Julho 1981). Uma que outra falha se encontrará aqui e além, devido a compreensíveis lapsos, que numa reedição se poderão corrigir. Assinalemos alguns que topámos:

Dum modo geral, no que concerne às inscrições, é dada a correspondência com o CIL. No entanto, no § 98 (p. 120-2), é CIL II 242* e não CIL II 242 (o texto é falso); nos §§ 102-104 (p. 123-5), não se diz que esses *termini augustales* entre os campos da IV legião e o território de Iuliobriga vêm referidos em CIL II 2916; também a nota ao § 113 não cita CIL II 4192, que transcreve o texto em causa. A respeito de *Vadina*, mal ou bem, um dos livros que mais exaustivamente aborda a questão é certamente o de Carmen García Merino, *Población y Poblamiento en Hispania romana. El conventus Cluniensis* (Valladolid, 1975), que não vem indicado nem na nota nem na bibliografia. Aliás, também em relação ao bispo Idácio (§ 321, p. 280-1) nos parece dever citar-se a investigação levada a efeito por Alain Tranoy, nomeadamente a sua edição da *Crónica* (Paris, 1974).

Mantiveram os editores: o apêndice da obra original, que traz a «ordem com que Ptolomeu menciona as regiões pertencentes a este livro» e que seria completado por um mapa (aqui não incluído); e um índice «das coisas mais notáveis desta dissertação» também da lavra do P.e Flórez. A bibliografia geral, que fecha o volume, refere-se exclusivamente às obras citadas pelos comentadores.

Trabalho muito válido, pois, esta reedição dum livro do séc. ^{XVIII} ~~XVII~~, que assim se torna acessível a todos os investigadores.

Oxalá se tornem realidade iniciativas semelhantes, permitindo dessa forma que se veja a outra luz a historiografia dos séculos passados.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO